



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **0022906-18.2012.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **João Antonio da Silva**

Justiça Gratuita

Vistos.

João Antônio da Silva, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, caput, c.c. artigo 71 ambos do Código Penal. O réu foi citado (fl. 55) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a concessão de benefícios na aplicação da pena.

É o relatório.

DECIDO.

O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP.

Procede a acusação.

Passo a fixar a pena.

Diversos foram os delitos e para cada um deles fixo a pena base no mínimo legal de 1 ano de reclusão e 10 dias-multa. Reconheço a continuidade delitiva e considerando o número de condutas aumento a pena de um deles de metade, perfazendo o total de 1 ano e 6 meses de reclusão e 15 dias-multa.

Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto.

Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por 1 ano e 6 meses de prestação de serviços à comunidade, e 10 dias-multa.

Para o caso de conversão da pena restritiva de direitos em privativa de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

liberdade, desde já autorizo o “*sursis*” pelo prazo de dois anos.

Fixo o valor do dia multa no mínimo legal.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA** à pena de 1 ano e 6 meses de prestação de serviços à comunidade, e 25 dias-multa., no valor mínimo legal, por infração ao artigo 155, caput, c.c. artigo 71 ambos do Código Penal.

P.I.

São Carlos, 07 de fevereiro de 2017.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**